

#DEIXEMASCRIANÇASEMPAZ

Remontam já a Maio de 2005, através do Jornal Expresso, as primeiras denúncias de alerta da tentativa do Estado de se substituir aos pais na educação dos filhos e impor a sua ideologia através das escolas.



É a Hora dos Pais!

Artur Mesquita Guimarães

À época, eram poucas as escolas que acompanhavam o Estado neste seu intuito.

A legislação era dispersa, pouco concreta e comprometida, mas, paulatinamente, o Estado avança com esta sua pretensão até que, em 2009, pela mão do PS, BE, PCP, acompanhados por alguns deputados do PSD, impõe a inclusão da “educação sexual” nos programas escolares (Lei 60/2009 de 6 de Agosto), numa tentativa clara de ocupar um espaço educativo que compete aos pais e/ou às escolas educativas por estes consideradas.

Está dado o primeiro grande passo na “tentativa!” de expropriação da educação dos filhos por parte do Estado!

Nesta altura, a grande maioria dos pais, apanhados de surpresa e/ou talvez ocupados com muitas outras coisas, não dão conta do que está a suceder através da escola! Muitos chegam mesmo a considerar que a denúncia acima referida excede em muito o que efectivamente já estava a acontecer em diversas escolas e que, a partir de 2009/2010, se generaliza a todas as escolas.

Outros pais, talvez um pouco mais atentos, desde 2009 que se mantêm firmes na sua condição de pais, de principais educadores dos seus filhos, por inerência, - aliás reconhecidos e protegidos pela Constituição da República deste seu estatuto (art.º 36, n.º 5), - e colocam-se determinan-

temente contra a tentativa do Estado em expropriar a educação dos seus filhos. Dão instruções claras à escola que não autorizam a participação dos seus filhos em qualquer aula, acção ou aconselhamento relativo a “educação sexual”, nem aceitam qualquer tipo de promoção ideológica. E como não poderia deixar de ser, à escola apenas compete cumprir com a indicação recebida dos pais, o que assim aconteceu.

Se até 2009, o Estado se escondia por detrás das suas pretensões totalitárias, na tentativa de ocupar um espaço educativo da competência dos pais, chegados a 2018, pelas mãos da “Geringonça” e não só (!), o Estado, através da introdução da disciplina de “Cidadania e Desenvolvimento” (GEGC - ENEC) e ainda através da Lei n.º 38/2018, de 7 de Agosto, e do recente Despacho n.º 7247/2019, de 16 de Agosto, com carácter de mera promoção ideológica, assumidamente e sem complacências, assume este seu intuito ao atropelo da Constituição da República, mais concretamente no previsto no seu art.º 41.º, n.º 1 e ainda no disposto no art.º 43.º, n.º 2.

Está verdadeiramente consumado o plano de “tentativa!” de expropriação da educação dos filhos por parte do Estado!

De agora em diante, impõe/quer o Estado que os pais, quanto à educação dos filhos, apenas passem, todos, a ser meros espectadores, pagadores e responsáveis pelas questões do fórum civil!

Se não vejamos:

- a referida disciplina de *Cidadania e Desenvolvimento* apresenta-se como “curricular” e obrigatória (Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de Julho) - presente em todos os anos de escolaridade!
- o *Estatuto do Aluno* coloca os pais à porta da escola (Lei n.º 51/2012 de 5 de Setembro) - dentro, quem manda é o Estado!..
- o alargamento do ensino escolar “obrigatório” até ao 12.º ano (Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de Agosto) - na prática, significa que qualquer pessoa fica sob a tutela educativa do Estado até atingir a maior idade!..
- a transição de ano lectivo que passa a ficar dependente da decisão em reunião de avaliação de final de ano independentemente dos resultados escolares obtidos!
- a promoção ideológica está consignada na lei - Lei n.º 38/2018, de 7 de Agosto, e Despacho n.º 7247/2019, de 16 de Agosto.

O que está em causa e/ou o que está sobre ameaça? As liberdades individuais e a liberdade das Famílias!

Queremos um país livre, onde nenhum cidadão jamais se possa sentir coagido e onde os pais sejam considerados os primeiros educadores dos seus filhos.

Há pais que não estão disponíveis para calar a sua voz, por maiores que sejam as ameaças de qualquer tipo de represália. E a Constituição da República protege-os!

Cartas Abertas

Sr. Ministro da Educação

Tiago Brandão Rodrigues (Doutor)

Vimos do Norte, do Centro e do Sul de Portugal para dizer:

São os PAIS quem tem de educar os filhos, não é o Estado nem a escola.

Em matérias ideologicamente sensíveis os Pais têm de consentir.

Por isso:

- A disciplina de “cidadania e desenvolvimento” não pode ter carácter obrigatório, os Pais têm de a poder autorizar para os seus filhos.
- A promoção de qualquer tipo de visão da vida, do mundo, do homem e da mulher que não seja comum a todos (e hoje em dia quase tudo é questionado) seja em contexto de aula curricular, extra-curricular ou de enriquecimento curricular, seja em qualquer outra actividade a desenvolver em espaço escolar, tem de ter prévio e explícito consentimento dos Pais.

Há Pais que desejam para os filhos essa disciplina e essas actividades. E há Pais que não desejam para os filhos essa disciplina e essas actividades.

Todos eles “têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos” (Constituição da República Portuguesa - art.º 36, nº 5)

E “o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (idem - art.º 43.º, n.º 2).

Os Pais não são uma ameaça para os filhos. Ninguém sabe olhar pelos filhos tão bem quanto os Pais.

Por isso, há Pais que nunca esquecem os seus direitos e liberdades.

Portugal precisa da liberdade das famílias, dos direitos dos Pais, do bem dos nossos filhos!

Portugal, 15 de Julho de 2019

Cidadãos de Portugal

(Entregue no Ministério da Educação, em 15 de Julho de 2019, em mão própria por um grupo de Cidadãos Portugueses)

Exmo. Senhor Presidente da República Portuguesa

Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Assunto importante:

Ministério da Educação ameaça liberdade das famílias!

Vimos do Norte, do Centro e do Sul de Portugal para pedir:

Faça cumprir a Constituição!

Este ano lectivo o Ministério da Educação:

- a) impôs a disciplina obrigatória de “Cidadania e desenvolvimento”, que inclui visões do mundo e da vida que não são partilháveis por todos
- b) introduziu conteúdos igualmente ideológicos em contextos escolares diversos sem o indispensável consentimento dos pais.

ESTA IMPOSIÇÃO ESTÁ A GERAR DESASSOSSEGO, AMEAÇAS E MEDO!

Mas sobretudo é uma imposição que viola a Constituição que assegura:

“o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas”

Há muitos pais que não esquecem os seus direitos.

Portugal precisa da liberdade das famílias, dos direitos dos Pais, do bem dos nossos filhos!

Portugal, 15 de Julho de 2019

Cidadãos de Portugal

(Entregue no Palácio de Belém, em 15 de Julho de 2019, em mão própria por um grupo de Cidadãos Portugueses)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Assunto importante:

Liberdade das famílias ameaçada!

Vimos do Norte, do Centro e do Sul de Portugal.

E o que nos traz cá?

É que este ano lectivo o Estado (Ministério da Educação) com a introdução da disciplina obrigatória de “cidadania e desenvolvimento” e da promoção de conteúdos ideológicos inseridos em contextos diversos à revelia dos pais, instaurou o desassossego nas escolas.

• Há pais ameaçados!

• Há pais com medo!

Tais conteúdos e disciplina espelham visões da vida e do mundo que, legitimamente, muitos Pais não partilham.

A nossa Constituição assegura que “o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas”.

Muitos Pais estão conscientes dos direitos que a Constituição lhes reconhece. E não vão calar.

Assim solicitamos a V. Exa. que transmita aos diversos grupos parlamentares, bem como a cada um(a) dos(as) Senhores(as) Deputados(as), que a Constituição da República é para se cumprir.

Portugal precisa da liberdade das famílias, dos direitos dos Pais, do bem dos nossos filhos!

Portugal, 15 de Julho de 2019

Cidadãos de Portugal

(Entregue no Palácio de S. Bento, em 15 de Julho de 2019, em mão própria por um grupo de Cidadãos Portugueses)

Grupo de deputados de direita avança para o Constitucional para travar “ideologia de género” nas escolas



[In https://expresso.pt/politica/2019-07-19-Grupo-de-deputados-de-direita-avanca-para-o-Constitucional-para-travar-ideologia-de-genero-nas-escolas](https://expresso.pt/politica/2019-07-19-Grupo-de-deputados-de-direita-avanca-para-o-Constitucional-para-travar-ideologia-de-genero-nas-escolas)

Género: igualdade ou ideologia?

Diogo Costa Gonçalves
19/8/2019

Se estamos perante uma (nova) visão antropológica, porquê qualificá-la como ideologia? Porque tal ideia pré-concebida vive em constante tensão com a realidade empírica, começando pela própria biologia

Muito recentemente, foi notícia o pedido de fiscalização da constitucionalidade da Lei n.º 38/2018, de 07 de agosto, relativa à «autodeterminação da identidade de género e expressão de género».

Trata-se de uma iniciativa de 86 deputados (mais de um terço do Parlamento), pedindo ao Tribunal Constitucional que se pronuncie sobre a conformidade com a Lei Fundamental das disposições contidas no art. 12.º do diploma que preveem a orientação do ensino e da educação de acordo com os pressupostos da gender theory.

Em causa está saber se a modelação do ensino segundo tais pressupostos configura ou não uma violação da proibição do Estado programar a educação e a cultura segundo diretrizes «filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas», tal como assegurado no art. 43.º CRP.

A decisão do Tribunal Constitucional não é simples. Exige, em primeiro lugar, determinar se a gender theory – tal como se foi consolidando em finais do séc. XX e implementando em inícios deste século – é uma verdadeira ideologia ou tão só uma expressão aggiornata de direitos e liberdades individuais. Exige ainda do Tribunal Constitucional a finura de análise (e a não menor coragem) de distinguir entre o que são as causas justas – quanto às quais todos estaremos de acordo – e o fundamento antropológico que as sustenta em algumas agendas políticas, fundamento esse em relação ao qual não é legítimo que se exija uma concordância cega.

Tudo isto, num ambiente de verdadeiro terror mediático, ditado por um totalitarismo da opinião pública que não admite vozes dissonantes.

Impõe-se, portanto, uma reflexão serena e desapaixonada sobre uma questão central para a nossa cidadania. Impõe-se, sobretudo, que não fiquemos aprisionados num discurso emocional, enfeitando as questões que a razão sempre coloca a discursos tendencialmente hegemónicos.

Igualdade e diversidade género são o mesmo que ideologia de género?

Certamente que não. A ideologia de género nada tem que ver com os Direitos do Homem nem com a plena igualdade entre homens e mulheres em todos os campos da vida social, cultural, económica, política, etc. O que está em causa não é, portanto, a elementar justiça entre homens e mulheres na igualdade de acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à participação em todos os níveis da organização social, económica e política. Nada tem que ver, também, com a vida sexual de cada um. Menos ainda com o respeito pela auto-determinação pessoal, numa sociedade cada vez mais plural e diversificada.

O que está em causa na ideologia de género é uma nova concepção de pessoa: uma nova resposta à pergunta «o que é o Homem».

Do ponto de vista antropológico, a ideologia de género promove uma nova compreensão da corporeidade: da relação do sujeito com o seu corpo. O corpo passou a ser visto como um objecto extrínseco ao sujeito (que não constitui aquilo que ele é). A masculinidade e a feminilidade são compreendidos como puros produtos sociológicos – ditados por uma maioria cultural dominante –, e absolutamente autónomos e independentes da realidade biológica.

A noção de pessoa torna-se, assim, uma categoria descarnada. Nada nem ninguém a condiciona, nem sequer a sua própria biologia. O sujeito, as-

sim compreendido, é o que quiser ser, em cada momento da sua existência histórica.

Se estamos diante de uma (nova) visão antropológica, porquê qualificá-la como ideologia? Por uma razão simples: porque a ideia ocupa o lugar da realidade. A compreensão da masculinidade e da feminilidade que subjaz à noção de gender parte de uma ideia pré-concebida que vive em constante tensão com a realidade empírica – começando pela própria biologia – e, por isso, deseja alterá-la.

Daqui resulta um forte vocação interventiva: quando a realidade e a própria ciência exata desmente a ideia, a resposta de uma ideologia nunca é a inversão de rota, mas sempre a modificação (agressiva, se necessário), da própria realidade. Sacrifica-se o real, por mais científico que seja, no altar da ideia.

A ideologia de género partilha ainda uma visão da realidade típica do materialismo dialético. A luta de classes sociais é agora substituída por uma luta de classes sexuais: «assim como a meta final da revolução socialista era não só acabar com o privilégio da classe económica, mas também com a própria distinção entre classes económicas» – recordava Firestone, em 1970 –, o que está agora em jogo é «não simplesmente acabar com o privilégio masculino mas com a própria distinção de sexos: as diferenças genitais entre os seres humanos já não importarão culturalmente» (The Dialectic of Sex – The case for feminist revolution. New York: William Morrow and Company; 1970, 11).

Uma modelação do ensino sob estas coordenadas (tal como existe) é, claramente, uma orientação ideológica de educação. Educar os nossos filhos na liberdade e respeito pelo outro, não autoriza ninguém – muito menos o Estado – a definir o que é um homem e uma mulher.

APESAR DE TODO O RUÍDO DE FUNDO, É ISTO – E APENAS ISTO! – O QUE ESTÁ EM JOGO NESTA INICIATIVA PARLAMENTAR!

Doutor em Direito;
Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

<https://observador.pt/opiniao/genero-igualdade-ou-ideologia>

O QUE É A IDEOLOGIA DO GÉNERO?

Existe? Ou não?

A Lei 38, de Agosto de 2018, que, supostamente, combate a discriminação em função da orientação sexual, identidade ou expressão do género e características sexuais, e de igualdade social de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgénero e intersexuais, proposta pelo Bloco de Esquerda e aprovada pelo Presidente da República, propõe-se, em teoria, proteger as injustas discriminações históricas que têm sofrido determinadas pessoas por causa da sua orientação sexual. Na verdade, devidamente avaliada, esta lei constitui um grave ataque às liberdades de todos os não militantes da comunidade LGBTQIA... [lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo e agénero], incluindo muitos homossexuais, pelo que lhe podemos chamar “Lei da Mordaça LGBTQIA”.

Uma das consequências imediatas da aprovação da Lei 38 foi a imposição da ideologia do género na Escola, em todos os ciclos, a partir do pré-primário (estamos a falar em crianças a partir dos 03 anos de idade).

Após a denúncia de vários casos de imposição ideológica do género, na Escola, à revelia dos pais, o Estado tem envidado todos os esforços para negar que há uma ideologia desconstrutivis-

ta da sexualidade e da identidade, que está a ser imposta a quem não tem mecanismos de defesa contra ela — os nossos filhos — através dos meios de comunicação social, principalmente a televisão, que a grande maioria da população vê como arauto da verdade.

Para combater este flagelo, no dia 19/07/2019, um grupo de 85 deputados do PSD, CDS e um do PS, entregaram um requerimento ao Tribunal Constitucional pedindo a fiscalização sucessiva das normas que enquadram a educação para a identidade e expressão de género no ensino público e privado. Para os proponentes, o Governo socialista foi responsável por uma alteração legislativa que deixa o Ministério da Educação na posição privilegiada de promover e incentivar administrativamente o “uso doutrinário e ideológico” das “questões da identidade de género” nas escolas, o que configura, no entender deste grupo de parlamentares, uma “flagrante violação da autonomia que lhes é conferida pela Constituição”.

Em declarações ao Expresso, Miguel Morgado, deputado do PSD e um dos autores da iniciativa disse, “a ideologia de género, tal como qualquer outra ideologia, pode ser promovida e discutida no espaço público democrático”. No entanto, argumenta o social-democrata, “a Constituição muito justamente proíbe que o Estado promova no sistema de ensino a propagação de ideologias, religiões ou doutrinas”. “É só isso que aqui está em causa na nossa iniciativa: a protecção da escola face às ideologias - no caso desta lei, a de género”, concretiza.

Em causa estão os números 1 e 3 do artigo 12º da Lei n.º 38/2018, que definem, entre outros aspectos,

tos, que o Estado, através “dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da igualdade de género e da educação”, é responsável por “garantir a adopção de medidas no sistema educativo, em todos os níveis de ensino e ciclos de estudo, que promovam o exercício do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à protecção das características sexuais das pessoas”.

Ainda de acordo com os deputados, “o uso político que é dado aos chamados ‘estudos de género’ constitui uma ideologia”. Logo, “a sua inclusão nos conteúdos de ensino nas escolas portuguesas no percurso de toda a escolaridade obrigatória”, coloca em causa a Escola enquanto espaço “livre de formação da personalidade, da educação para a liberdade e para a autonomia das crianças e dos jovens, (...) de respeito pela diferença, incluindo naturalmente a diferença nas características sexuais e na identidade de género”, defendem.

Esta tomada de posição, há muito pedida e desejada por pais que sabem o que se está a passar na Escola e que se têm levantado, um pouco por todo o país, para exigir que os seus filhos não sejam doutrinados por uma ideologia que tantos males tem provocado nos países onde vem sendo imposta há mais tempo, tem sido alvo das mais desprezíveis calúnias e o Eixo do Mal, por ex., rotulou de extremistas de direita e fascistas, não só os deputados que pediram a inconstitucionalidade da lei, como também todos os pais e cidadãos de bem, que não querem que a Escola ensine aos seus filhos que não nasceram meninos nem meninas e que podem ser aquilo que quiserem, pois o sexo com que nasceram não os define nem como homens nem como mulheres. ■

EL “CABALLO DE TROYA” DEL GÉNERO

6 peligrosos engaños ocultos en la ideología de género

1 NO SE NACE HOMBRE O MUJER
No nacemos con un **sexo** determinado biológica, anatómica y cromosómicamente, sino que éste **se aprende y se construye** social y culturalmente, denominándose **género**.

2 LA SEXUALIDAD ES “DIVERSA”
La expresión sexual puede tomar **muchas formas**, siendo la heterosexualidad sólo una de ellas. Todo lo que importa es como deseamos **autopercibir** nuestro **género**, pudiendo “elegir” entre una infinita gama de posibilidades sexuales, que incluyen ser transespecie y/o transgeneracional.

3 LA FAMILIA ES UN INVENTO
La familia natural o “tradicional” (compuesta por un varón y una mujer) es un invento religioso y cultural en decadencia. Existen familias “diversas” dependiendo del **género** de sus miembros.

4 LOS HOMBRES SON EL PROBLEMA
Todas las desigualdades, la violencia y las injusticias son causadas por los roles de **género** creados por los hombres, el machismo y el mítico “patriarcado”. Las mujeres son víctimas inocentes y seres moralmente superiores.

5 LA VIOLENCIA ES UNIDIRECCIONAL
La violencia de **género** se da, única y exclusivamente, **de parte del hombre hacia la mujer** y nunca a la inversa. Todos los hombres son violentos y potenciales criminales y feminicidas. La masculinidad y lenguaje “sexista” son expresiones violentas y misóginas a erradicar.

6 EL MATRIMONIO ES OPRESIVO
El matrimonio y la maternidad son formas de **oprimir y subyugar** al género femenino que limitan y restringen sus libertades, oportunidades y derechos. La promiscuidad y el aborto “liberan” a la mujer de este yugo.

Esta ideología anticientífica es como un caballo de Troya que se solapa en un discurso de igualdad, libertad y tolerancia, pero que en el fondo esconde una **agenda de control político global y totalitario**.

LIBERTAD IGUALDAD

INTOLERANCIA TOTALITARISMO IMPOSICIÓN CENSURA

Esta ideología pretende imponer un programa político de REINGENIERÍA SOCIAL para eliminar el modelo Hombre/Mujer

EIS ALGUNS FACTOS OCORRIDOS EM ESCOLAS DESTE PAÍS, QUE FORAM TORNADOS PÚBLICOS

Maria Helena Costa

09-03-2019 - Escola Francisco Torrinha, no Porto, distribuiu uma ficha sociodemográfica, a alunos de 9 anos, com este conteúdo:

Sexo/identidade de género:

Homem _ Mulher _ Outro _

Namoras actualmente? Sim _ Não _

Já namoraste anteriormente?

Sim _ Não _

Sinto-me atraído/a por:

Homens _ Mulheres _ Ambos _

Quando confrontada com tamanha aberração, a Escola negou ter conhecimento desta ficha e atirou a responsabilidade para cima da Associação GIS, uma associação LGBT, que atirou as responsabilidades para cima do Estado, que negou ter conhecimento daquilo que ele mesmo determinou que fosse feito na Escola. A culpa? Morreu solteira.

1 e 2-02-2019 - A Escola Raul Lino, no Estoril, levou crianças de 8/9 anos a ver um bailado, no CCB, onde os bailarinos simulavam actos sexuais: homens com homens, mulheres com mulheres, homens com mulheres, tudo ao molho e, no fim da peça, contado por um dos alunos, um menino de 8 anos, os bailarinos, aos pares, deram beijos de língua.

1-2-2019 - Maria Helena Costa esteve no Programa Café Duplo, conduzido por António Gomes, na Rádio Grupo Santiago de Guimarães. Uma Srª de 66 anos, avó, entrou em directo e contou que o seu neto, com 8 anos, lhe havia dito que o professor, em sala de aula, tinha-lhe ensinado que ainda que ele fosse um menino, poderia ser uma menina quando quisesse.

Os casos sucedem-se e, por ex., numa outra escola, em Lisboa, o professor disse aos alunos, crianças de 8/9anos: «Se dois cães podem fazer sexo na rua, dois homens também podem!»

09-03-2019 - No Agrupamento de Escolas de Stº André, no Barreiro, crianças de 10/11anos foram convidadas para participar numa visita de estudo, no Auditório da Escola 2/3 da Quinta da Lomba, a fim de participarem de uma actividade da disciplina de Educação para a Cidadania, sob os temas: Promover a Igualdade de Género e Sensi-

bilizar os alunos para as diferentes orientações sexuais. Os pais foram informados que a sessão custaria 0,50€, por criança, que reverteria para uma associação LGBTQI.

Indignado, por ser uma Associação de Lésbicas, a Ex Aequo, a falar crianças de tenra idade sobre ser transgénero, gay, lésbica, bissexual, etc., sabendo que estas associações há muito se radicalizaram e só querem impor a sua visão e as suas práticas à sociedade, Bruno Vitorino, deputado do PSD (ex-deputado, pois foi afastado após ter-se levantado contra a imposição da agenda do género), comentou na sua pág. do facebook:



Este desabafo valeu-lhe imediatamente alguns rótulos: “extrema-direita”, “Bolsonaro português”, “homofóbico” e violentos ataques da comunicação social. E, claro, como não podia deixar de ser, ameaças com o fim de o silenciar:

“As deputadas do Bloco de Esquerda vão apresentar uma queixa junto da CIG contra Bruno Vitorino, que criticou uma palestra de sensibilização sobre questões de orientação sexual numa escola do Barreiro.”

Portanto, neste cantinho à beira-mar plantado, a extrema-esquerda já tem tiques do PREC e apresenta queixas na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) — a nova PIDE — contra todos os cidadãos que não se rendam à ideologia de género, imposta nas escolas portuguesas às nossas crianças — dos 3 aos 18 anos — em todos os ciclos e em todas as disciplinas, como se lê no Referencial de Educação para a Saúde, de

23/06/2017, que pretende ser uma ferramenta educativa flexível, [...] desde a educação pré-escolar ao ensino secundário [...] em qualquer disciplina ou área disciplinar, e que, na página 73, tem esta informação:

«Nos vários ambientes que a escola proporciona os alunos experimentam a sua sexualidade, quer seja nas suas brincadeiras, no estudo e nos namoros, mas também na relação com os docentes e trabalhadores da escola. Ela [a sexualidade] está presente nas conversas, nos jogos, nas quezílias, mas também nos conhecimentos científicos. [...] A educação para a sexualidade para ter os resultados desejáveis terá de dirigir-se à escola como um todo, penetrar em todos os seus ambientes, envolver todos os seus membros, aproveitar todos os momentos para, através de acontecimentos emocionais estruturados, construir modelos que promovam os valores e os direitos sexuais, [...]»

Parece que a Escola não vai falar de outra coisa senão de sexo, sexo, sexo e mais sexo... A mim, como mãe e avó, também me preocupa que Associações como a ex aequo [Associação de lésbicas] vão à Escola radicalizar crianças nas questões ideológicas do género.

01-04-2019 - Recebi a ficha de avaliação de uma menina de 5 anos, que frequentava a pré-primária em Azurva, numa escola pertencente ao Agrup. Escolas de Eixo. De acordo com a avaliação da educadora, a menina tinha dificuldade em RESPEITAR a igualdade de género, pois, passo a citar: «diz que os meninos não podem brincar com os mesmos brinquedos, porque têm os brinquedos deles. Diz que os meninos não devem usar roupa rosa e diz que o pai não tem roupa rosa, que o pai gosta mais ou menos de rosa, mas que só gosta de ver nela.». De acordo com um psiquiatra e sexólogo, que contactei, esta avaliação destrói a percepção da criança levando-a a não confiar naquilo que percebe ao seu redor, naquilo que os seus olhos vêem.

A ficha foi tornada pública nas redes sociais, e os pais foram chamados à Escola e ameaçados com a CPCJ e o MP. Talvez por termos denunciado o que se passava e garantirmos aos pais que seriam apoiados juridicamente, a queixa acabou por ser arquivada.

20-03-2019 – Na página da Associação Projeto BeEqual, mais uma Associação LGBTQIA, podia ler-se: *Olá pessoal. Hoje estivemos na Escola E. B. 1 de Gueifães com uma turma do 2º ano do 1º ciclo do ensino básico, turma de um professor maravilhoso com uma enorme sensibilidade, prof. Luís Coutinho. Falámos sobre aceitação/felicidade/transgénero e discriminação com uma leveza maravilhosa... Crianças com 7/8 anos que nos inspiram a ser mais e melhores. Obrigado por existirem e sejam diferentes, tratem-se como iguais!*

Porque é que se fala sobre transgénero (palavra que nem o dicionário ainda reconhece) a crianças de 7/8 anos? Qual é o objectivo disso? Se as crianças não devem ser instruídas pelos pais, e pela escola, a serem homens ou mulheres - de acordo com o sexo com que nasceram - porque é que uma Associação LGBTQIAetc. pode instruí-las nas sexualidades que promovem e defendem e a mudar de sexo?

27-06-2019 – Reportagem da TVI. Escola Primária Mestre Arnaldo Louro de Almeida, Bairro do Rego, Lisboa. Crianças de 3/4 anos chegam a despir-se, a tocar-se e a beijar-se (não se sabe se, longe, ou debaixo do olhar dos adultos) e a Escola afirma que isso é normal e faz parte das fantasias das crianças (fantasias com sexo? aos 03/04 anos?). As crianças são ameaçadas com castigos

Apesar dos ideólogos do género afirmarem que tal ideologia tem base científica, a Associação de Pediatras dos Estados Unidos declarou, através de seu site na Internet, que “a ideologia de género é nociva às crianças” e que “todos nascemos com um sexo biológico”, sendo os factos, e não uma ideologia, que determinam a realidade.

A declaração da AmericanCollegeofPediatricians expõe 8 razões para os “educadores e legisladores rejeitarem todas as políticas que condicionem as crianças a aceitarem” a teoria de género e a aceitarem como normal uma vida de personificação química e cirúrgica do sexo oposto. A iniciativa dos médicos soma-se a inúmeras outras, provindas das mais diversas áreas de informação. Em 2010, por exemplo, um importante documentário conseguiu desmontar, pelo menos em parte, a estrutura universitária que financiava essa ideologia na Noruega. O programa trouxe o parecer de vários especialistas, dos mais diversos campos científicos, que expuseram a farsa da teoria de género. Agora, a medicina confirma, mais uma vez, a biologia e a ciência:

1. A sexualidade humana é um traço biológico binário objectivo: “XY” e “XX” são marcadores genéticos de saúde, não de um distúrbio. A norma para o design humano é ser concebido ou como macho ou como fêmea. A sexualidade humana é binária por design, com o óbvio propósito da reprodução e florescimento da nossa espécie. Esse princípio é autoevidente. Os transtornos, extremamente raros, de diferenciação sexual (DDSs) — inclusive, mas não apenas, a feminização testicular e hiperplasia adrenal congénita — são todos desvios medicamente identificáveis da norma binária sexual, e são justamente reconhecidos como distúrbios do design humano. Indivíduos com DDSs não constituem um terceiro sexo.

caso digam em casa o que se passa na escola. De acordo com vários testemunhos, o lema é: «O que se passa na Escola, não é para contar em casa!»

Há inúmeros casos que poderiam ser relatados aqui, mas não temos financiamento para o que estamos a fazer e seriam precisas muitas páginas para relatar todo o horror da imposição da ideologia do género a crianças de tenra idade.

Notícias como esta devem acordar-nos para o que está a ser feito:

“Promoção da ideologia de género tem provocado conflitos de identidade em crianças e adolescentes.

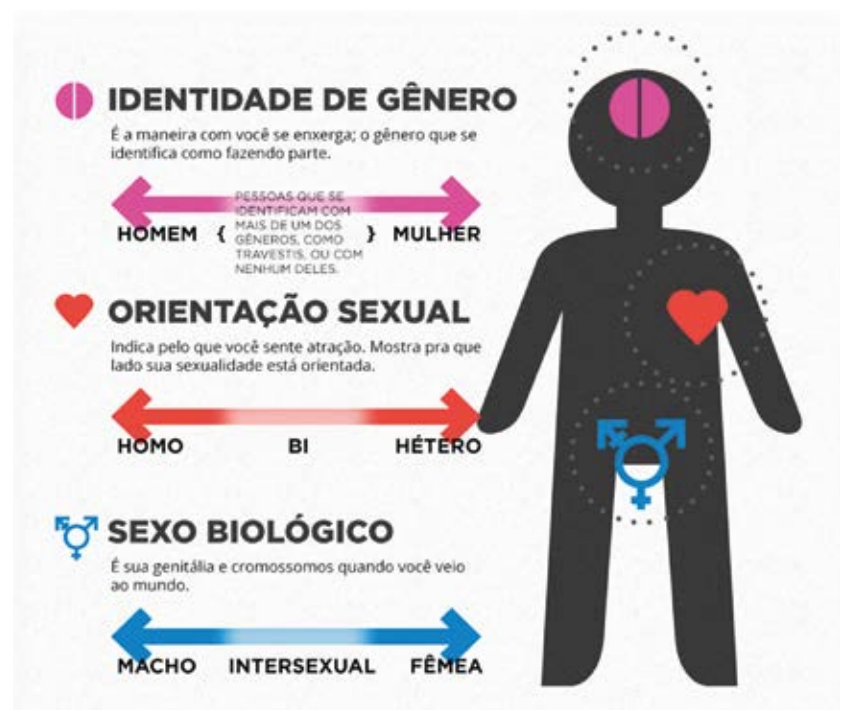
Casos de crianças que procuram ajuda na justiça – contra os próprios pais – têm aumentado de forma assustadora em países como a Inglaterra. Incentivadas pela mídia, pessoas próximas e em ambientes de ensino comprometidos com a ideologia de género, como algumas escolas, elas têm sofrido uma verdadeira lavagem cerebral que tem desestabilizado muitas famílias.” [1]

Em Espanha, aqui ao lado, as notícias são chocantes: Desde adolescentes de 12 anos poderem fazer aborto sem autorização dos pais, passando por crianças que podem tomar a decisão e tomar hormonas (tendo em vista a mudança de sexo) a partir dos 8/9 anos, e de os meninos serem coagidos a maquilhar-se, vestirem-se de meninas e a caminharem como elas, para se colocarem no lugar delas, a conteúdos pornográficos nos materiais didáticos, como nos deu conta esta notícia: “NAVARRA CRIA PROGRAMA ESCOLAR QUE INCLUI JOGOS INFANTIS ERÓTICOS. Curiosidade sexual e jogos eróticos. Estes são os dois aspectos mais polémicos do programa do governo de Navarra destinado à educação para a igualdade e à educação sexual afectiva infantil, que está a ser promovido naquela província de Espanha. Baptizado como Skolae, e destinado a CRIANÇAS ATÉ AOS SEIS (6) ANOS, faz referência à “curiosidade sexual” e a “jogos eróticos infantis”, o que despertou fortes protestos de associações de famílias católicas e da oposição.”[2], vale tudo para erotizar crianças.

A GUERRA PELOS NOSSOS FILHOS COMEÇOU. PRECISAMOS IMPEDIR QUE AS NOSSAS CRIANÇAS SEJAM ABUSADAS SEXUALMENTE NO LUGAR ONDE DEVERIAM ESTAR SEGURAS – A ESCOLA. ■

[1] <https://antigo.opiniaocritica.com.br/criancas-transgenero-reino-unido.html>

[2] <https://lifestyle.sapo.pt/familia/noticias-familia/artigos/navarra-cria-programa-escolar-que-inclui-jogos-infantis-eroticos>



2. Ninguém nasce com um género. Todos nascem com um sexo biológico. Género (uma consciência e percepção de si mesmo como homem ou mulher) é um conceito sociológico e psicológico, não um conceito biológico objectivo. Ninguém nasce com uma consciência de si mesmo como masculino ou feminino; essa consciência desenvolve-se ao longo do tempo e, como todos os processos de desenvolvimento, pode ser destruída por percepções subjectivas, relacionamentos e experiências adversas da criança, desde a infância. Pessoas que se identificam como “sentindo-se do sexo oposto” ou “em algum lugar entre os dois sexos” não são um terceiro sexo. Elas permanecem homens biológicos ou mulheres biológicas.

3. A crença de uma pessoa, que ele ou ela é algo que não é, trata-se, na melhor das hipóteses, de um sinal de pensamento confuso. Quando um menino biologicamente saudável acredita que é uma menina, ou uma menina biologicamente saudável acredita que é um menino, um problema psicológico objectivo existe, que está na mente, não no corpo, e deve ser tratado ▶

Continua pag 8

FILHOS DO ESTADO, NÃO!

Joana Bento Rodrigues
2/8/2019



Karl Marx afirmou que a Família é uma estrutura social opressora, na qual o homem representa o papel de “proprietário”, quer da sua mulher, quer dos seus filhos. E que desta decorre a aceitação colectiva e acrítica de um sistema patriarcal, hierarquizado, favorecedor da transmissão da propriedade entre gerações e, portanto, da perpetuação da propriedade privada, pedra angular do capitalismo e do sistema financeiro. Foi, por isso, proposta a destruição da Família, enquanto caminho para o socialismo, tal como foi tentado na União Soviética, embora sem sucesso. A via da força mostrou-se ineficaz.

Havia que substituir estes vínculos por outros, como propuseram, posteriormente, os estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt. A década de 1970 trouxe a revolução sexual, a “libertação” da mulher e a dissociação do significado unitivo do matrimónio. A mulher, agora emancipada do marido, passou a ser escrava do mercado de trabalho e a fugir ao apelo biológico da maternidade. Em simultâneo, surge a necessidade de retirar à criança a noção de autoridade dos pais, substituindo-a pela autodeterminação indiscriminada, numa sociedade obediente apenas à autoridade do Estado.

Nesse contexto, o conceito de “género” surge institucionalmente na Conferência de Pequim de 1995 organizada pela ONU – a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Acção para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz –, que visava alcançar um conjunto de resoluções para defender os direitos da mulher e a igualdade.

Assim, a par da bandeira do combate à discriminação, sob pretexto de uma maior elegância da linguagem, a palavra “sexo” passou a ser progressivamente substituída por “género”. Ao estilo da novílingua orwelliana, sexo deixou de significar a distinção biológica entre masculino e feminino, sendo substituído por dezenas de géneros à la carte, que vão desde o não-binário a genderfluid (género variável). Assim se iniciou a implementação da agenda da ideologia de género, advogando que a identidade sexual do indivíduo resulta da cultura e não da biologia e que, no fundo, todos os seres humanos nascem iguais, podendo cada um ser o que pretender.

Enquanto ideologia, esta não é mais do que um erro a propalar, que derruba os princípios naturais e instituídos, longe de toda e qualquer fun-

damentação científica. Mas, tratando-se de um erro que vai contra os princípios, como pode vingar uma ideologia? Antes de mais, é necessário alguém interessado no erro; segue-se a necessidade da sua propagação e a existência de um público-alvo treinado para não pensar e o aceitar.

Definido o erro, identificam-se os interessados. São eles as instituições nacionais e internacionais que procuram conquistar a hegemonia cultural e política. Baseando-se no princípio marxista da concentração de poder absoluto dos direitos dos cidadãos, com suposto benefício colectivo (incluindo a manutenção da Paz mundial), estas aprofundam o controlo da liberdade religiosa, de pensamento e de comunicação. Prevalece a socialização secundária, focada na interacção do indivíduo com a sociedade (incluindo escola, grupo de amigos, trabalho), e onde assume diferentes papéis para corresponder às expectativas dos outros. Neste processo, as pessoas são descartáveis e substituíveis, em contraste com a socialização primária, característica da Família, no seio da qual se aprendem os valores, a moral e os modelos comportamentais, onde as relações são baseadas no amor e nos vínculos, onde o indivíduo é insubstituível. Naturalmente que há um grande interessado na secundarização da sociedade e na destruição da Família: o sistema financeiro.

Apresentada deste modo, essa imposição seria, desde logo, rejeitada pela sociedade ocidental, fundada na ética judaico-cristã, na filosofia grega e no direito romano. Mas não se assiste a essa resistência por dois motivos. Primeiro, porque, numa perspectiva gramsciana, o erro é implementado paulatinamente e propagado pelo sistema educacional e meios de comunicação social. Depois, sentindo (aparentemente) garantidas a sua segurança e comodidade, os cidadãos não vêem a ditadura de pensamento como uma ameaça.

Em acréscimo, é imperativo que o erro seja transmitido desde tenra idade, antes da formação da concepção do certo e do errado. Logo no ensino pré-escolar é implementada a ideia de que a moralidade surge do próprio para o próprio, segundo as suas regras pessoais, distanciando-o dos valores cristãos, que estabeleceriam os limites na conduta, nas leis e na política. Dessa forma, o indivíduo ficará facilmente permeável a novas ideias, incluindo aquelas propulsoras dessa hegemonia, que anulam o próprio e a sua individualidade. Em suma, a ideologia de género é isso: uma forma de anular o certo e o errado, fugindo às leis naturais e transmitindo a ideia de que tudo surge do pensamento, da vontade e do sentir. E haverá melhor forma de instalar essa ambiguidade do que a destruição da identidade do indivíduo, levando-o a aceitar os juízos dos que o rodeiam e instruíram, incluindo as escolas?

É por isso que, actualmente, cada vez menos se valorizam os conteúdos a difundir nas instituições de ensino, que passaram a ser um espaço de doutrinação, pela disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, onde subliminarmente estão a ser incluídos os princípios da Ideologia de Género, com vista à “educação das massas”. E os pais, mais focados nas preocupações económicas, não se apercebem destas movimentações ou simplesmente se demitem da responsabilidade de educar os filhos, delegando na escola esse papel.

Nesse percurso, algo mais grave acontece: os filhos passam a ser da responsabilidade do Estado e não dos pais. Embora muito pouco noticiado, já não faltam episódios a denunciarem-no: pais condenados a prisão na Alemanha, por impedirem os filhos de assistir às aulas de educação sexual nas escolas (2009); na Noruega, os filhos foram retirados aos pais por serem “muito cristãos” (2016); mais recentemente, um pai cristão russo e residente na Suécia pediu asilo para sua família à Polónia, após o Estado sueco entregar as suas filhas a uma família muçulmana libanesa (2019); uma mãe espanhola foi condenada a trabalho comunitário por esbofetear o filho que não queria tomar duche (2019); e tantos outros exemplos.

Desta forma, começa a instalar-se o receio dos pais educarem os filhos segundo os preceitos e os costumes familiares da sociedade ocidental. Não será esta uma forma de marxismo implementado pelo medo, que muitos teimam em rejeitar ou relativizar?

Não é por acaso que há quem se sinta fortemente ameaçado por conteúdos leccionados nas escolas, activismos infiltrados nas instituições públicas, marcas de roupa e séries televisivas com mensagens subliminares e tantas outras formas de propaganda. Para os mais distraídos, menos informados e mesmo já manipulados, tal não é mais do que “teoria da conspiração”, fundamentalismo e intolerância. Infelizmente não é.

Outros, mais alerta, apercebem-se desta realidade e surgem grupos* cada vez mais organizados e políticos que ousam fazer-se ouvir, fugindo do medo e do politicamente correcto. O travão a este caminho ideológico só é possível com a participação cívica de todos os pais que procuram uma sociedade melhor para os seus filhos e que acreditam no valor inestimável das raízes judaico-cristãs do mundo ocidental.

O COMBATE EM PORTUGAL ESTÁ SÓ A COMEÇAR. TODOS ESTAMOS CONVOCADOS.

Médica, membro da Comissão Consultiva da TEM/CDS. A autora não reconhece o AO 1990.

* Deixem as crianças em paz; Escola sem Partido de Portugal; Identidade de Género, toda a verdade; Plataforma Pensar & Debater; Plataforma Renovar; Pontos nos II; Resistência contra a ideologia de género e sexualização das crianças; Salvemos os nossos filhos. <https://observador.pt/opiniao/filhos-do-estado-nao/>

Exmo(a). Senhor(a) Director(a) da Escola

Localidade, ... (data) ...

Assunto: ANO LECTIVO 2019/2020

...(nome) ..., -º. Ano.

Exmo(a) Senhor(a)

De acordo com a Constituição Portuguesa (art.º 36, nº 5) “Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos”.

A educação para a cidadania dos nossos filhos (educandos), nas suas mais variadas vertentes, é da nossa competência, matéria a que não renunciamos, e é algo que nós fazemos, como pais, desde o seu nascimento, de um modo natural, integrado, progressivo, completo e respeitando as exigências das suas necessidades concretas, do seu crescimento e da sua dignidade pessoal.

Pois bem, dos vários módulos que integram a disciplina de «Educação para a Cidadania», dois deles – o da «Educação para a Igualdade de Género» e o da «Educação para a Saúde e Sexualidade» – suscitam-nos especiais preocupação e repúdio. Quanto aos demais módulos, constituem eles uma total perda de tempo, abordando como abordam temas que, como acima referimos, integram a educação que nós, pais, ministrámos ao nosso filho e aos irmãos dele desde que atingiram a idade da razão.

Neste sentido, para o **ano lectivo 2019/2020**, desde já informamos que não autorizamos a participação do nosso filho, cujo nome acima se refere, em qualquer aula, acção ou aconselhamento relativos à disciplina de «Educação para a Cidadania», sem o nosso acordo por escrito, se assim o entendermos, atempadamente solicitado pela escola.

Em particular, desde já informamos que não autorizamos a participação do nosso filho nas actividades do programa PRESSE e/ou em qualquer aula, sessão, actividade de educação sexual bem como com conteúdos de promoção de carácter ideológico.

Não autorizamos também, sub pena de imediato procedimento criminal, que o(a) docente dessa disciplina, e qualquer que seja a sua formação académica (psicologia ou outra), a título formal ou informal, dentro ou fora da sala de aula, se aproxime do nosso filho para lhe prestar qualquer tipo de «acompanhamento», «aconselhamento» ou «atendimento» psicológico que incida designadamente sobre essas temáticas.

Solicitamos ainda ser informados, com a devida antecedência, de qualquer outra actividade de «enriquecimento curricular» prevista para o contexto de aula, tais como filmes, documentários, reportagens, palestras, visitas de estudo, acções de sensibilização, etc., sendo que, se não houver possibilidade desse aviso, a nossa decisão, cujo respeito também exigimos, é de que eles não participarão em tais actividades.

Sem outro assunto, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

De V. Exa.

Atenciosamente,

Pai / Encarregado de Educação

Pela Escola – recebido em: ____/____/____, _____

Esta carta modelo está disponível, em formato Word, no site da Plataforma Renovar

www.plataforma-rn.org



#Deixem as Crianças em Paz

► *Continuação pag 6*

como tal. Essas crianças sofrem de disforia de género (DG). Disforia de género, anteriormente chamada de transtorno de identidade de género (TIG), é um transtorno mental reconhecido pela mais recente edição do Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Psiquiátrica Americana (DSM-V). As teorias psicodinâmicas e sociais de DG/TIG nunca foram refutadas.

4. A puberdade não é uma doença e hormonas que a bloqueiam podem ser perigosas. Reversíveis ou não, hormonas que bloqueiam a puberdade induzem a um estado doentio — a ausência de puberdade — e inibem o crescimento e a fertilidade em uma criança até então biologicamente saudável.

5. De acordo com o DSM-V, cerca de 98% de meninos e 88% de meninas confusas com o próprio sexo aceitam o seu sexo biológico depois de passarem naturalmente pela puberdade.

6. Crianças que usam bloqueadores da puberdade para personificar o sexo oposto vão requerer hormonas do outro sexo no fim da adolescência. Essa hormonas (testosterona e estrogénio) estão associadas com riscos à saúde, inclusive, mas não apenas, aumento da pressão arterial, formação de coágulos sanguíneos, acidente vascular cerebral e cancro.

7. Taxas de suicídio são vinte vezes maiores entre adultos que usam hormonas do sexo oposto e se submetem à cirurgia de mudança de sexo, mesmo na Suécia, que está entre os países mais afirmativos em relação aos LGBTQIA. Que pessoa compassiva e razoável seria capaz de condenar jovens crianças a este destino, sabendo que após a puberdade cerca de 88% das meninas e 98% dos meninos vão acabar por aceitar a realidade e usufruir de boa saúde física e mental?

8. Condicionar crianças a acreditar que uma vida inteira de personificação química e cirúrgica do sexo oposto é normal e saudável, é abuso infantil. Endossar a discordância de género como normal através da rede pública de educação e de políticas legais irá confundir as crianças e os pais, levando mais crianças a serem apresentadas às “clínicas de género”, onde lhes serão dados medicamentos bloqueadores da puberdade. Isso, por sua vez, praticamente garante que eles vão “escolher” uma vida inteira de hormonas cancerígenas e tóxicas do sexo oposto, além de levar em conta a possibilidade da mutilação cirúrgica desnecessária de partes saudáveis do seu corpo quando forem jovens adultos. ■

CONSULTA OBRIGATÓRIA:

www.plataforma-rn.org

<https://www.facebook.com/identidadedege-nerotv/>

www.facebook.com/criancas.em.paz/

CONTACTOS:

mariahtafc1965@gmail.com

info@plataforma-rn.org